



Durante toda a semana que passou, os chefes indígenas discutiram, na aldeia xavante de São Marcos, no Mato Grosso, os principais problemas de seu povo. Todos eles condenaram o projeto de emancipação elaborado pelo governo.

Conclusões da grande assembléia dos índios

Chefes indígenas de 18 grupos de todo o País estiveram reunidos em assembléia durante cinco dias.

Durante toda a semana eles estiveram reunidos, discutindo os problemas de sua gente. Estavam lá, na aldeia xavante de São Marcos, no Mato Grosso, os kaingangos do Rio Grande do Sul, os kaipunas, do Amapá, os chiripás, do Paraguai, os tucanos, do Amazonas, os kayabys, os aplakás, os paresis, os guaranis, os xavantes. Representavam 18 grupos, na 11ª Assembléia de Chefes Indígenas.

Ao final da reunião, no fim de semana, diversos documentos foram distribuídos pelos representantes dos índios. Não houve um documento final, contendo o resumo das resoluções tomadas durante a assembléia, como costuma acontecer em reuniões semelhantes realizadas pelos brancos. Os documentos continham apenas as propostas, sugestões e idéias discutidas durante os cinco dias de reunião. E, exatamente por isso, abrangiam todos os grandes problemas, dúvidas e questões que afligem a população indígena do País. Como a posse da terra, o direito à autodeterminação, a defesa de sua cultura, o repúdio — unânime — ao projeto governamental de emancipação dos índios.

E, além da discussão desses problemas, do encontro resultou uma decisão prática — classificada como de fundamental importância pelo bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, a da futura criação de uma Federação das Nações Indígenas do Brasil.

Um dos documentos aprovados durante a reunião afirma:

“Até agora fomos massacrados, oprimidos, principalmente pelo órgão do governo, o extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e agora a Funai (Fundação Nacional do Índio), que não tiveram a iniciativa de aclarar nossas consciências pelos nossos direitos. Pelo contrário, têm auxiliado e favorecido a consciência daqueles que vêem o índio como quisto para o desenvolvimento. Como prova, basta dar uma olhada na situação indígena atual e geral do País.”

Houve algumas divergências entre os representantes indígenas quanto à ação dos missionários religiosos. O mesmo documento citado acima afirma que as missões “nos matam por dentro, esquecem as nossas tradições, cultura e religião. Impõem-nos outra religião, desprezando os valores que já possuímos. Isso descaracteriza-nos ao ponto de nos envergonharmos de sermos índios”.

Essa posição contrária à ação dos missionários foi defendida, por exemplo, pelo conhecido Mário Juruna, capitão da aldeia xavante de Namucurá e um dos interessados em garantir para si o domínio de toda a nação xavante. Juruna afirmou:

— Os missionários estão enriquecendo às custas do índio, explorando as terras do índio sem pagar renda. Eles têm sido verdadeiros patrões, e ser livre é não ter patrão para mandar na gente.

Já Aniceto, também xavante, capitão da aldeia de São Marcos, anfitrião da 11ª Assembléia dos chefes indígenas, e rival de Juruna na disputa pela sucessão entre os xavantes, não concorda com os argumentos contrários à presença de missionários entre os índios. Ele afirma que “os missionários só ensinam o bem, o respeito e o caminho certo”.

UNANIMIDADE

Não houve, porém, divergências quanto à questão da emancipação do índio, defendida pelo Ministério do Interior: todos os chefes presentes ao encontro manifestaram-se contrários ao projeto do governo, afirmando, em um documento, que essa emancipação “não passa de um golpe do governo e de outras forças, para ficar com a terra do índio.” O documento lembrou também que os grupos emancipados teriam suas terras divididas em módulos rurais para cada família, “o que facilitaria que cada um fosse para um lugar diferente, acabando com a união indígena”.

Afirma ainda o documento, com relação à emancipação:

“A emancipação do índio vai ser feita pelos próprios índios e não por aqueles que em gabinetes estão alienados da realidade indígena. As áreas indígenas devem ser documentadas como propriedades coletivas.”

Até mesmo os combatidos gabinetes de onde se determina a política indígena, entretanto, foram assunto da reunião dos índios. E os chefes chegaram até a dar sugestões ao presidente escolhido pelo general Geisel, o general João Baptista Figueiredo:

— O Batista — disse Mário Juruna — não sabe quem é bom ou não para os índios. Ele não pode nomear assim o ministro do Interior e o presidente da Funai, sem saber o que é que ajuda o índio e o que é que não ajuda.

A seguir, fez a sugestão: o general Ismarth de Araújo Oliveira, atual presidente da Funai, deveria ser o próximo ministro do Interior. E o atual diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, Gerson Alves da Silva, deveria ser nomeado presidente do órgão.

TERRAS

A questão da posse das terras, especialmente no Sul do País, onde recentemente grupos de Kaingangos decidiram expulsar posseiros que haviam se estabelecido em suas reservas, foi bastante discutida na reunião. E, assim como a questão da emancipação, houve unanimidade de opiniões. Um documento distribuído sobre o assunto afirma:

“Pela passagem da XI Assembléia de Chefes, queremos deixar o nosso apoio, como povos, pela atitude enérgica dos índios kaingangos e guaranis do rio das Coibas, no Paraná, e pelos índios kaingangos e guaranis de Nonoai, no Rio Grande do Sul, que nestes últimos dias puseram fora de suas terras intrusos que, por inoperância do órgão do governo, Funai, há anos atrás permitiu a invasão dos intrusos através de arrendamentos, e ultimamente por promessas de desocupar a área, que nunca foram cumpridas. A luta dos Kaingangos é a nossa luta.”

O capitão Aniceto fez questão de divulgar uma declaração pessoal a respeito dos conflitos entre os índios do Sul e os posseiros que ocuparam suas terras:

— O índio não pode ficar como preso, e por isso não pode ficar como escravo, tem o direito de caçar e de fazer roça. O índio precisa de terra. Índio quer produzir. Por que o guarda florestal está proibindo de fazer roça, caçar? O guarda florestal deve respeitar os índios. Não deve judiar como escravo. O índio é o dono da terra de verdade.